



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 363/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;
- Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana e prevê a possibilidade de adoção de subsídios tarifários e mecanismos de inclusão social no transporte público, mas não estabelece gratuidade universal para pessoas de baixa renda.

- Lei Estadual nº 15.692, de 19 de fevereiro de 2015, que concede isenção tarifária no sistema de transporte metropolitano para estudantes que comprovem baixa renda e atendam aos requisitos legais.

Lei Estadual nº 17.611, de 15 de dezembro de 2022, que autoriza a concessão de gratuidade nos transportes públicos coletivos metropolitanos às pessoas com idade entre 60 e 65 anos.

- Lei Orgânica do Município do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 8.424, de 18 de agosto de 1976, que autoriza a celebração de novo contrato de concessão com a Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC, e dá outras providências, alterada pelas Leis nºs 10.839/90, 11.089/91 e 16.097/14;
- Lei Municipal nº 11.089, de 11 de setembro de 1991, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 8.424, de 18 de agosto de 1976, com redação dada pela Lei nº 10.839, de 20 de fevereiro de 1990;

Lei Municipal nº 11.250, de 1º de outubro de 1992, que dispõe sobre a isenção de tarifa no Sistema de Transporte Coletivo do Município às pessoas com deficiência física e mental, inclusive prevendo gratuidade para acompanhante quando necessária.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a organização dos serviços do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo, autoriza o Poder Público a delegar a sua execução, e dá outras providências;
- Decreto Municipal 43.469, de 15 de julho de 2003, que regulamenta a prestação dos serviços municipais de transporte coletivo aos beneficiários de gratuidades.
- Lei Municipal nº 14.900, de 6 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a gratuidade de transporte público para acompanhantes de pessoas com deficiência no Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 14.900, de 6 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a gratuidade de transporte público para acompanhantes de pessoas com deficiência no trajeto entre residência e instituição de ensino.
- Decreto Municipal nº 50.565, de 9 de abril de 2009, que regulamenta a Lei nº 14.900, de 6 de fevereiro de 2009, relativa à gratuidade de transporte para acompanhantes de pessoas com deficiência.
- Lei Municipal nº 16.211, de 27 de maio de 2015, que dispõe sobre a concessão, precedida ou não de execução de obra pública, para administração, manutenção e conservação, a exploração comercial e requalificação de terminais de ônibus vinculados ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros e do Sistema de Transporte Público Hidroviário na Cidade de São Paulo; e confere nova redação ao inciso I do art. 21 da Lei nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001;
- Decreto Municipal nº 56.585, de 10 de novembro de 2015, que institui o Bilhete Único Especial do Trabalhador Desempregado, concedendo passagens gratuitas a trabalhadores desempregados residentes no Município de São Paulo que preencham os requisitos estabelecidos pela regulamentação.
- Lei Municipal nº 16.490, de 15 de julho de 2016, que dispõe sobre o desembarque de mulheres e idosos usuários do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros da Cidade de São Paulo em locais diversos dos pontos regulares no período noturno.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Decreto Municipal nº 57.339, de 20 de outubro de 2016, que regulamenta a Lei nº 16.490/2016 sobre o desembarque de mulheres e idosos em horário noturno

- Portaria SMT/GAB nº 12, de 13 de fevereiro de 2016, que regulamenta a concessão e o uso do Bilhete Único Especial do Trabalhador Desempregado, prevendo cotas de viagens gratuitas para beneficiários do seguro-desemprego ainda sem recolocação profissional.

- Lei Municipal nº 16.802, de 17 de janeiro de 2018, que dá nova redação ao art. 50 da Lei nº 14.933/2009, que dispõe sobre o uso de fontes motrizes de energia menos poluentes e menos geradoras de gases do efeito estufa na frota de transporte coletivo urbano do Município de São Paulo e dá outras providências.

- Decreto Municipal nº 58.639, de 22 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre o Bilhete Único no Sistema de Transporte Coletivo Público de Passageiros do Município de São Paulo e disciplina as hipóteses de gratuidade e benefícios tarifários.

- Lei Municipal nº 17.542, de 22 de dezembro de 2020, que alterou dispositivos da legislação municipal relativos aos benefícios tarifários do transporte coletivo, incluindo a disciplina da gratuidade para idosos.

- Decreto Municipal nº 62.057, de 14 de dezembro de 2022, que restabelece a gratuidade no Sistema de Transporte Coletivo Público de Passageiros do Município de São Paulo para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

PL 23/2026 Dispõe sobre a concessão de passe livre no transporte coletivo municipal às mães e pais atípicos em situação de baixa renda e dá outras providências.

PL 1060/2025 Dispõe sobre a isenção de tarifa no Sistema de Transporte Coletivo Público de Passageiros do Município de São Paulo para pessoas gordas que tenham dificuldade de movimentar-se, em caráter permanente ou temporário, e que recebam renda familiar de até 03 salários-mínimos e dá outras providências.

PL 919/2025 Dispõe sobre a instituição da "Rota Inclusiva" no Município de São Paulo, consolidando e ampliando diretrizes para a garantia do acesso prioritário



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

e qualificado a terapias multidisciplinares, a inclusão escolar efetiva, o apoio integral às famílias atípicas e a informação sobre direitos de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras deficiências e institui a coleta de dados para implementação de políticas públicas baseadas em evidências

PL 740/2025 Cria a Rede Municipal de Cursinhos Populares no Município de São Paulo, institui o Comitê Intersectorial da Rede Municipal de Cursinhos Populares e dá outras providências.

PL 682/2025 Cria a Rede Municipal de Cursinhos Populares no Município de São Paulo, institui o Comitê Intersectorial da Rede Municipal de Cursinhos Populares e dá outras providências.”

PL 128/2025 Dispõe sobre a gratuidade nos transportes públicos municipais para mães lactantes com filho prematuro internado em unidade de terapia intensiva neonatal no Município de São Paulo

PL 720/2024 Altera a Lei nº 13.697, de 22 de setembro de 2003, a fim de criar o Programa de Transporte Municipal Gratuito - Vem Social, no município de São Paulo, e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 03 de junho de 2026

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068